



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002250-98.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **MARCOS JACOBVITZ**  
 Requerido: **DELTA AIRLINE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido passagem aérea junto à ré para viagem de Miami para Nova Orleans, com conexão em Atlanta, sendo a previsão de saída às 07h:45min e a de chegada ao destino às 12h:30min.

Alegou ainda que a aeronave por problemas técnicos não foi liberada e que após inúmeros contratempos que detalhou acabou conseguindo realizar a viagem, chegando ao seu destino com dezesseis horas de atraso.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que sofreu.

O primeiro ponto que demanda análise a partir do exame da contestação ofertada pela ré diz respeito ao diploma legal que deveria reger a relação jurídica entre as partes.

Quanto a esse tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou reiteradamente no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor é a lei que disciplina situações como a dos autos em vez de convenções internacionais.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Nesse sentido:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL CONVENÇÃO DE MONTREAL APLICAÇÃO DO CDC QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO AGRAVO - INSURGÊNCIA DA RÉ. 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça se orienta no sentido de prevalência das normas do Código de Defesa do Consumidor, em detrimento das disposições insertas em Convenções Internacionais, como a Convenção de Montreal, por verificar a existência da relação de consumo entre a empresa aérea e o passageiro, haja vista que a própria Constituição Federal de 1988 elevou a defesa do consumidor à esfera constitucional de nosso ordenamento. 2. Discussão quanto ao valor da indenização arbitrada a título de reparação por danos morais. Inviabilidade no caso concreto. Tribunal 'a quo' que fixou o quantum indenizatório balizado pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, impedindo a atuação desta Corte, reservada apenas aos casos de excessividade ou irrisoriedade da verba, pena de afronta ao texto da Súmula n. 7/STJ. 3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 388975 / MA; Relator Ministro **MARCO BUZZI**; QUARTA TURMA; 17/10/2013 grifei).*

*“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. OVERBOOKING. EXTRAVIO DE BAGAGENS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. SUCUMBÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. EXISTÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUMULA N. 7/STJ. 1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando o acórdão impugnado examina e decide, de forma motivada e suficiente, as questões relevantes para o desate da lide. 2. A responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor da Lei n. 8.078/90, não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal) ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se, portanto, ao Código de Defesa do Consumidor. 3. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 409.045/RJ, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 29/05/2015).*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Essa orientação sedimentada tem aplicação ao caso dos autos, pois.

Assentada essa premissa, o atraso na partida do voo contratado pelo autor foi reconhecido pela ré, a qual explicou que ele teve vez por força de problema mecânico na aeronave (fl. 33, item 7).

Ainda que se reconheça que esse fato possa ter configurado caso fortuito, bem como que o autor tenha chegado ao seu destino sete horas depois do previsto (fl. 35, item 14), a responsabilidade da ré transparece certa.

O relato exordial dá conta de que as falhas em que a mesma incorreu foram várias, em momento algum impugnadas específica e concretamente.

Nesse contexto, nota-se que o autor permaneceu por razoável espaço de tempo dentro da aeronave aguardando a liberação do voo, que não teve vez.

Depois, não teria sido prestada a devida assistência ao autor, patenteando o documento de fl. 12 que a demora para a resolução do problema foi de vulto.

Tocava à ré demonstrar que os fatos trazidos à colação não se passaram dessa maneira, por força do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, do CDC, mas ela não o fez, além de externar o desinteresse no aprofundamento da dilação probatória (fl. 164).

Como se não bastasse, é incontroverso que o autor não recebeu sua bagagem quando desembarcou no seu local de destino, como admitiu a própria ré (fl. 37, itens 24/28).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que as falhas atribuídas à ré efetivamente aconteceram.

Ao atraso no voo inicialmente previsto aliaram-se o transcurso de período que não se pode desprezar, a falta de apoio ao autor, a demora para que ele chegasse ao seu destino (o que importou em perda de um dia em sua viagem) e a circunstância de não ter recebido então sua bagagem.

A somatória desses fatos milita em desfavor da ré, rendendo ensejo, ademais, a danos morais passíveis de ressarcimento ao autor.

Isso porque qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar experimentaria, como ele, desgaste de vulto que foi além de mero aborrecimento inerente à vida cotidiana e ultrapassou o simples descumprimento contratual, o que, aliás, pode ser firmado a partir das regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

A ré ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, causando-lhe danos cuja reparação se impõe.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**